O BRASIL NO LIMIAR DO SÉCULO XX: ECONOMIA E FINANÇAS NOS ESCRITOS PARLAMENTARES DE ABDIAS NEVES

Rodrigo Thadeu Paiva DIAS, Universidade Federal do Piauí, Brasil, rodrigothadeu20@gmail.com

Teresinha QUEIROZ, Universidade Federal do Piauí, Brasil, teresinhaqueiroz@bol.com.br

Abdias da Costa Neves (1876-1928) foi bacharel em Direito, político, magistrado, professor e diretor de escolas. Foi, também, um dos mais destacados entre os intelectuais piauienses da Primeira República brasileira. Colaborou com periódicos diversos, publicou livros, proferiu palestras, participou de clubes literários e musicais, envolveu-se em polêmicas político-ideológicas de natureza religiosa. Tornou-se, dessa forma, um importante personagem do Piauí nos domínios da sociedade, da cultura e da política. Adotou, em especial, a escrita e a proximidade com o Estado como meios para interferir no espaço-tempo no qual estava inserido, sendo marca de suas ações como homem público um profundo pragmatismo no sentido de buscar moldar o mundo de acordo com as suas convicções intelectuais. Entre 1915 e 1924, Abdias Neves ocupou um assento no Senado Federal, tendo, ao longo do mandato, mantido o seu perfil utilitarista. O senador piauiense escreveu variados estudos parlamentares, que objetivavam explicitar algumas das principais mazelas brasileiras (Pinheiro, 2003; Queiroz, 2011).

Este artigo versa sobre um desses estudos: *O Brasil e as espheras de influência na Conferência da Paz* , publicado em 1919. No texto, o intelectual piauiense analisa o momento geopolítico, econômico e financeiro do Brasil, alguns meses após o fim da Primeira Guerra Mundial, recomendando aos poderes legislativo e executivo medidas político-administrativas, a fim de que fosse aproveitada a janela de oportunidade oferecida pelo contexto, de modo que o país acelerasse o seu progresso material, para melhor se posicionar internacionalmente. Objetivamos analisar as formulações de Abdias Neves a respeito da realidade econômico-financeira do Brasil, assim como as suas recomendações no sentido da articulação entre as contas públicas, as relações exteriores e o desenvolvimento material do país. Para tanto, discute-se questões referentes aos impactos das secas periódicas no Nordeste, os arranjos internacionais após a Primeira Guerra Mundial e as políticas públicas adotadas pelo Estado brasileiro.

Ao analisar o escrito de Abdias Neves, o historiador Monsenhor Chaves observa que:

> É um trabalho de fôlego que nos dá ampla visão dos problemas nacionais, focalizando principalmente aspectos econômicos, medidas financeiras para o saneamento do nosso meio circulante. Além disso: Condena as constantes emissões de papel-moeda e alerta o país para o perigo de cairmos na dependência exclusiva dos Estados Unidos. Dos seus livros, este é o único que não foi de inspiração piauiense (Chaves, 2013, p. 611).

A obra segue o padrão de quase todas as contribuições de Abdias Neves à cultura escrita. Não se reserva ao objetivo de diagnosticar males ou potenciais males e prescreve os bálsamos que tornariam mais reto o caminho rumo ao progresso. O estilo é descritivo – por vezes analítico –, marcado pelo apoio de considerável bibliografia e de abundantes dados estatísticos. Percebe-se no texto o ímpeto de quem tinha muito a dizer e ansiava por ser escutado. Mais. O anseio era por impactar o mundo através da escrita. Todos os trabalhos parlamentares do senador são como que o grito de quem acreditava poder enxergar com clareza as coisas do mundo, à margem de conclusões comuns. Essa característica do Abdias Neves intelectual foi possivelmente a motivação para que, na condição de político, dedicasse tanto do seu tempo à pesquisa, à leitura e à escrita.

O senador, ao ingressar no poder legislativo, parece ter passado por uma verdadeira imersão nos assuntos do Brasil – incluindo, em seus escritos, pautas até então secundárias ou inexistentes. Ao longo das duzentas e dez páginas de*O Brasil e as espheras de influência na Conferência da Paz* z (1919) é demonstrado grande conhecimento técnico sobre assuntos ligados aos transportes, às comunicações e às relações exteriores, sempre deixando claro para os seus leitores que o país não era uma ilha geopolítica. O Brasil, para Abdias Neves, necessitava lançar mão de certo protecionismo no comércio, tornar-se cada vez mais competitivo na indústria, promover modificações na política tributária, fazer-se mais eficiente na fiscalização monetária, criar uma marinha mercante profissionalizada, realizar intercâmbios que colaborassem com a capacidade brasileira de produzir seus próprios navios, desenvolver a infraestrutura ferroviária e rodoviária, dar maior assistência às populações dos sertões nordestinos, entre outras medidas que contribuíssem para o progresso material.

É pertinente a realização de um exercício comparativo. Confrontar-se-á brevemente o trabalho de Abdias Neves com a obr*A presidência Wenceslau Braz* az, publicada em 1918, pelo militar baiano Pedro Cavalcanti. Os dois personagens estavam posicionados em lados políticos opostos. Enquanto o piauiense teceu duríssimas críticas às decisões tomadas por Wenceslau Braz, especialmente no tocante à administração das contas públicas, Cavalcanti contemporizou eventuais equívocos cometidos, argumentando que o presidente agiu de acordo com as possibilidades e, observados os muitos desafios impostos pelo contexto, saíra-se bem. Deve-se ter ciência que o militar era um engenheiro do Exército (à época, tenente), que, durante a gestão de Wenceslau Braz, foi oficial da Casa Militar da Presidência, possuindo, de acordo com Pacheco (1983) certa proximidade com o governante. Seus escritos, portanto, não são de maneira alguma desinteressados, da mesma forma que os do senador piauiense também não o são.

Tendo essa questão clara, observa-se em Abdias Neves a recordação de que, pouco antes do início da Primeira Guerra Mundial, o Brasil estava em uma situação financeira delicada. Havia dificuldades para angariar recursos – em um momento de déficit nas interações econômicas com a Europa – e uma série de compromissos a serem honrados para com os

credores. Tais compromissos eram, para Neves (1919), muitas vezes, oriundos de empréstimos realizados no exterior para o pagamento de juros e amortização de dívidas anteriores. Segundo a exposição do senador, o governo provisório de 1889 fundou uma política de diminuição da dívida externa que foi abandonada gradualmente, a cada nova gestão republicana. Realizavam-se malabarismos que objetivavam alívio imediato nas contas públicas e deixavam para os homens do futuro (um futuro não tão distante) a responsabilidade de lidar com o pagamento de empréstimos robustecidos pelos juros. Para explicar com clareza a gravidade de tal cenário, não há analogia mais adequada que a referência a uma bola de neve que desce por certa encosta, aumentando sua própria massa a cada metro percorrido. O resultado não poderia ser outro, que não fosse o nascimento de uma catástrofe progressiva.

Para Abdias Neves, a situação agravou-se ainda diante dos equívocos de Wenceslau Braz. O presidente, além de aumentar de forma significativa a emissão de papel-moeda, também estabeleceu uma política de corte de gastos que, em alguns aspectos, teria sido mais prejudicial que benéfica para o país. Ocorreu, por exemplo, um recuo na construção de estradas de ferro, o que Abdias Neves considerava um gravíssimo erro. O desenvolvimento dos meios de transporte brasileiros, a partir de um plano de viação nacional que conectasse estrategicamente o comércio interno e favorecesse o escoamento de produtos para exportação, também, deveria ser prioridade (Neves, 1919, p. 118). O corte de gastos seria necessário, sem dúvidas, mas poderia ser realizado em áreas, como o funcionalismo público:

> Aumenta-se, ao infinito, o número dos bacharéis, que pesarão, amanhã, nos orçamentos, como funcionários públicos – inatingíveis, com imunidades crescentes que os transformam em casta na República – mantidos pela filantropia oficial, com sacrifício do progresso da nação pelo desvio e mau emprego de suas rendas (Neves, 1919, p. 69).

Pedro Cavalcanti (1983), por sua vez, destaca que Wenceslau Braz, logo nos primeiros dias de governo, fez questão de pronunciar-se publicamente sobre a grave situação financeira do país. O objetivo seria conscientizar, especialmente o Parlamento, sobre a necessidade de um alinhamento entre Executivo e Legislativo nas ações necessárias para o enfrentamento da crise. O presidente também buscava alertar que as soluções, para aquele momento, envolviam sacrifícios – entre os quais, pode-se mencionar justamente a interrupção de diversas obras ferroviárias, resolução sobre a qual Abdias Neves exprime a seguinte opinião: "[...] tendo as construções tomado um desenvolvimento acelerado no decênio de 1904-1914, sofreram na administração Wenceslau Braz uma restrição violenta – o que não foi dos menores erros dessa administração" (Neves, 1919, p. 117).

Entre as estratégias pensadas pelo governo, ainda em 1914, estava a busca por recursos através de uma prática comum na jovem República: a emissão de títulos[1] – recorrendo-se, pois, ao crédito interno. A situação na qual se encontrava o país, contudo, foi agravada pelos impactos da Grande Guerra. Segundo Stevenson (2016), o conflito gerou uma crise mundial que resultou no fechamento de mercados, em dificuldades significativas nos transportes transcontinentais e em restrições ao crédito. Dessa forma, o governo observou o somatório de responsabilidades antigas com as despesas ordinárias, em um contexto no qual estavam reduzidas as receitas (a exemplo da renda aduaneira) e comprometidas as opções para a geração de recursos. Chegou-se mesmo ao ponto de o Estado não conseguir honrar as obrigações para com os credores internos, o que representava um duro golpe na credibilidade do governo (Cavalcanti, 1983, p. 73).

Cavalcanti (1983) argumenta que, diante de tais circunstâncias, foi necessário recorrer à emissão de papel-moeda, o que não era uma novidade na história brasileira. Desde o período imperial, essa era uma prática corrente, como atenuante às sempre desajustadas finanças. Em 1868, Zacarias de Góis e Vasconcelos, presidente do Conselho de Ministros, tornou atribuição exclusiva do Tesouro Nacional a emissão de moeda. O governo, então, muito em virtude da demanda por recursos para a Guerra do Paraguai, aumentou de maneira substancial as emissões – o que causou inflação e desvalorização cambial. A situação contribuiu para a deflagração da crise política que levou à queda de Zacarias de Góis. Seu sucessor, o visconde de Itaboraí, restringiu as emissões e promoveu a venda de apólices e a oferta de títulos públicos, tendo, segundo Krause & Soares (2022), toda a situação contribuído para o aumento da dívida do Estado. No caso do governo Wenceslau Braz, diante do que parecia exigir a situação, também se recorreu à produção de moeda sem lastro. O argumento era que, sem recursos, o Estado se tornaria inadimplente para com todos os credores e não conseguiria nem mesmo manter funcionando o seu aparato burocrático (Cavalcanti, 1983, p. 70).

Pedro Cavalcanti (1983, p. 71) admite que as emissões sem lastro não eram uma prática recomendável e que geravam consequências graves à saúde econômico-financeira do país. O governo teria optado por esse caminho em razão das exigências imperiosas do contexto. Entre as poucas alternativas, estaria o crédito do exterior, mas Cavalcanti julgava que aumentar a dívida apenas prolongaria a crise a médio e longo prazo, não representando a melhor saída[2]. Além disso, o país não gozava *status* us de bom pagador naquele momento – nem mesmo com os credores internos – e a guerra dificultava, ou mesmo impossibilitava, a realização de grandes empréstimos junto à Europa.



[1] A emissão de títulos serve para atender às necessidades de financiamento do governo federal, recorrendo ao crédito interno. O Estado, geralmente através do Tesouro Nacional, emite títulos públicos que são oferecidos a pessoas físicas e a instituições financeiras com liquidez previamente definida.

[2] Pedro Cavalcanti afirma que o governo de Wenceslau Braz recusou como saída para a crise os empréstimos no exterior e, também, o aumento das taxas alfandegárias: "A nossa política financeira fora, como se sabe, irredutível, à política dos empréstimos externos para cobrir demasias nos gastos públicos, e das taxas alfandegárias para drenagem de meios reclamados pela receita orçamentária de cada ano" (Cavalcanti, 1983, p. 78).

Em relação às emissões, Abdias Neves concordava parcialmente com Pedro Cavalcanti. O senador chamou atenção para a necessidade de alcançar estabilidade cambial e cessar a emissão de papel-moeda "em jato-contínuo". Mas como o país estava longe do melhor dos mundos no tocante às finanças – e ainda sofria os impactos da guerra – imprimir dinheiro era, em algum grau, um mal necessário e menos nocivo que aceitar a falta de capital (Neves, 1919, p. 191). As discordâncias entre os dois autores iniciam, quando Abdias Neves afirma que o governo de Wenceslau Braz avançou além do necessário e quadruplicou as emissões, se comparado ao antecessor, Hermes da Fonseca (Neves, 1919, p. 34). A medida emergencial, para o piauiense, "como terapêutica, não seria, talvez, má, se usada com prudência". Todavia, o que acontecia no Brasil era o mesmo "que se dá com o doente que recebe a primeira injeção de morfina: à primeira sucedem-se outra e outras, repetidas e sobrepostas, sempre solicitadas por uma angústia crescente" (Neves, 1919, pp. 31-32).

Em 1914, o deputado federal piauiense Félix Pacheco publicou um opúsculo intitula *A emissão de papel-moeda* eda, no qual se posicionou radicalmente contra a proposta que tramitava no Parlamento, originada no Senado Federal, para a emissão de trezentos mil contos de réis no crepúsculo do governo de Hermes da Fonseca. Pacheco, em síntese, procurou advertir os seus pares sobre as consequências perniciosas da circulação de tão avultado montante de moeda sem lastro na economia brasileira. Além disso, criticava o ininterrupto aumento das despesas do Estado[3]. Imprimir mais dinheiro seria apenas uma solução paliativa, que acabaria por inviabilizar medidas mais rigorosas e concretas. Trocar-se-ia um tratamento progressivo e eficiente, mas sacrificante, para lidar com a grave moléstia financeira do Brasil através de "remédio pronto, rápido, fulminante" e enganoso. Para o deputado, o melhor caminho seria tomar um grande empréstimo no exterior, que deveria ser utilizado da forma mais disciplinada para organizar a vida financeira do país. A guerra, entretanto, iniciada em julho de 1914, impossibilitou tal operação.

Contribuindo para o agravamento da situação, o Banco do Brasil estaria a serviço do mercado financeiro e funcionava como um 'parasita do Tesouro', quando, em um cenário ideal, os bancos deveriam apoiar com crédito os centros produtores, especialmente os menores. Félix Pacheco demonstrou em seu texto forte inclinação ao liberalismo econômico. Para o político, a crise brasileira tinha nos seus rudimentos os seguintes fatores: despesas com melhoramentos materiais realizados a qualquer custo, abuso do crédito, anarquia legislativa e administrativa generalizada, crescimento desmedido do funcionalismo, protecionismo econômico, proliferação das aposentadorias, elevação de vencimentos dos funcionários públicos, as "experiências temporãs do socialismo do Estado" e a "mania do fausto". A situação: "[...] é dolorosamente esta: a de remediados, que, por inadvertências e erros sobre erros, viraram pobretões desesperados, e, à falta absoluta de recursos, se dispõe a falsificar dinheiro para poder viver" (Pacheco, 1914, p. 30).

[3] Informações detalhadas sobre o balanço financeiro do Brasil em 1914: BRASIL (1928).

Sobre essa questão, a historiadora Maria Efigênia Lage de Resende observa que a situação na qual o país se encontrava, durante a Primeira República, estava diretamente relacionada à forma como era distribuído o poder político. A administração pública e, consequentemente, as instituições brasileiras, eram regidas por um paradoxal liberalismo oligárquico. A Constituição de 1891, pensada nos moldes da Constituição dos Estados Unidos da América, era essencialmente liberal e dava centralidade a questões como federalismo e individualismo. O Estado, no entanto, operava a partir dos interesses de oligarquias, o que implicava na "dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria no processo de participação política" (Resende, 2018, p. 89). Tal realidade impactava diretamente as escolhas realizadas no campo da economia, a exemplo da concentração na construção das ferrovias: favorecia-se o Rio de Janeiro e São Paulo em detrimento dos estados do Nordeste, atendendo aos interesses dos grandes produtores e exportadores de café.

Abdias Neves, na tentativa de oferecer soluções, esquematizou medidas a serem tomadas para o enfrentamento da crise em dois grandes grupos: economia e finanças.

Nas medidas de natureza econômica, o senador defendia a prioridade de fomentar a produção (especialmente a produção agrícola, dispensando maior atenção à população rural do país), facilitar os transportes (setor no qual as demandas exigiam melhorias tanto dos meios terrestres quanto marítimos) e defender o comércio (através da redução no valor dos fretes para as trocas comerciais, da estabilização de balança comercial favorável e de uma política fiscal pragmática e eficiente).

Com relação às medidas financeiras, Abdias Neves (1919) argumenta em favor do saneamento do meio circulante (através da reconstituição de um fundo de resgates e garantias e da redução da expressiva massa monetária em trânsito), além de também reclamar que o fisco brasileiro se tornasse mais profissional e moralizado; e que fossem criadas fontes tributárias. O Brasil, segundo as reflexões do senador, precisava, naquele momento, de uma reforma tributária com urgência. As modificações deveriam focar em reduzir a onerosidade dos produtos brasileiros exportados e proteger o comércio e a indústria nacionais, possibilitando-lhes crescimento. Também era mister que os entes federativos aumentassem suas receitas, de modo que fosse possível, ao menos, a manutenção autônoma de suas burocracias. Uma alternativa para essa captação de recursos através dos tributos seria que os impostos de exportação se tornassem contribuições diretas aos governos estaduais, o que favoreceria o desenvolvimento dos estados mais pobres, como era o caso do Piauí. O senador compreendia que o progresso brasileiro no século XX deveria estar ombreado ao crescimento econômico, a uma boa gestão financeira, à imitação dos bons exemplos internacionais e à proximidade com os avanços científicos (Neves, 1919, p. 182).

Para Caio Prado Júnior (1998), instabilidade financeira e desequilíbrio orçamentário foram características através das quais o Brasil se constituiu como país capitalista. Trata-se de traço estrutural do qual era muito difícil se desvencilhar, especialmente, se observado o modelo de gestão estabelecido desde o Império. As contas públicas, sempre desajustadas, eram camufladas nos momentos de expansão econômica e de alta *commodities;*ies; e escancaradas quando havia fortes retrações comerciais. Essa instabilidade, de acordo com Prado Júnior (1998), seria responsável pela falta de consolidação na vida social do país, pelos milionários que rapidamente surgiam e desapareciam, por períodos nos quais esteve em alta a especulação e, ainda, pelo desenvolvimento industrial abaixo do que seria possível com maior organização.

Na tentativa de indicar soluções para a busca de estabilidade financeira do país, Abdias Neves reafirmou sua posição em relação ao Estado, no tocante aos assuntos econômicos. E*O Brasil e as espheras de influência na Conferência da Paz* az (1919, p. 82), Neves defende a adoção de uma postura protecionista nas interações comerciais com outras nações. E avança na argumentação, ao afirmar que, em uma arena regida pelo livre comércio, o Brasil estaria fadado ao insucesso. O senador admite que o protecionismo não seria o modelo ideal a ser seguido – Wenceslau Braz, inclusive, recusou essa alternativa –, mas acreditava se tratar de uma necessidade, que encontrava precedentes nas práticas das grandes potências mundiais (Neves, 1919, p. 83). Pedro Cavalcanti, por sua vez, adverte que, caso mal calculada, tal tributação exerceria uma ação proibitiva sobre o comércio: "[...] por excessos tais, por vezes, que sobre certos artigos de importação as nossas taxas de renda se tornavam em exigências torturantemente proibitivas" (Cavalcanti, 1983, p. 78).

As duas reflexões explicitam posturas diferentes no tocante à questão. Enquanto Cavalcanti evitou até mesmo utilizar a palavra "protecionismo", Abdias Neves exclama que a aplicação estratégica dos tributos sobre importações e exportações era essencial para o Brasil, mais ainda quando observado que se tratava de um recurso empregado pelas maiores economias do mundo. As medidas propostas por Abdias Neves estavam todas acompanhadas de advertências sobre a urgência através da qual era necessário agir para que o país desenvolvesse sua infraestrutura (especialmente de transportes), industrializasse-se e organizasse suas contas. A pressa era motivada pelo momento pós-guerra, considerado por Abdias Neves como uma oportunidade que, caso bem aproveitada, melhor posicionaria o Brasil no cenário internacional.

A esse respeito, o piauiense apresenta uma leitura bastante crítica sobre a Conferência de Paris, interpretada como uma medida através da qual as nações vencedoras da guerra repartiram arbitrariamente o mundo em zonas de influência e determinaram sanções duríssimas aos derrotados – em especial, à Alemanha – o que viria a comprometer, irremediavelmente, a reconstrução dos países. Essa política vingativa, vaticinou o senador, não levaria a outro resultado que não um novo grande conflito: "A conflagração última, pavoroso eclipse da consciência humana, ficará como incitamento para aperfeiçoamentos maiores na arte do extermínio. Não foi a última. Não será, porque uma guerra, ordinariamente, prepara outra". As iminentes beligerâncias estariam a ser estimuladas pela:

> ocupação das colônias, as incorporações territoriais, a imposição de obrigações inaceitáveis, sob a ameaça angustiosa do esmagamento sem resistência possível. [...] [A] reação contra a paz cruel dos bárbaros, imposta aos vencidos, não demorará muito a se desfazer (Neves, 1919, p. 203).

O diagnóstico de Abdias Neves, entretanto, encontrava oposição entre alguns dos principais políticos brasileiros. Epitácio Pessoa, a título de exemplo, em entrevista publicada a 5 de abril de 1919 no jornal *Correio da Noite* (SP), analisou de maneira otimista a realização da Conferência de Paris e a criação da Liga das Nações. Seriam estas, medidas de fulcral importância para a consolidação da paz, após o cessar fogo, em 1918, bem como para o estabelecimento de relações diplomáticas cada vez mais horizontais entre todos os países. Diante do contexto, Epitácio Pessoa observa favoravelmente os horizontes econômicos do Brasil. Mas, assim como Abdias Neves, comenta ser necessária a ampliação da frota naval mercante: "O futuro do Brasil é brilhante. Estamos em condições de fornecer ao mundo a maior variedade de exportação, porém, necessitamos de navios para desembaraçar os nossos produtos que estão congestionados" (Pessoa, 1961, p. 6).

No tocante à conferência, em específico, não há aproximação possível entre Epitácio Pessoa e Abdias Neves. O senador piauiense nutria severas reservas até mesmo para mencionar a expressão "Conferência da Paz", termo utilizado para designar o encontro diplomático. Ao comentar a escolha da denominação para o título do seu trabalho, justifica-se da seguinte forma: "Escrevo este título com repugnância. Aceito-o por denominação geral" (Neves, 1919, p. 201). O maior incômodo demonstrado na obra em relação às decisões tomadas pelos Aliados, como mencionado há pouco, é a imposição de condições duríssimas aos vencidos. Não era, porém, apenas isso. Para Abdias Neves, o cenário que se desenhava era de relações internacionais cada vez mais pautadas pelo potencial bélico e poderio econômico dos países – o que difere em demasia das previsões de Epitácio Pessoa.

Em Paris, na dita conferência, o mundo teria sido "repartido" baseado nas áreas de interesse dos países vencedores; e quanto ao Brasil: "[...] as esferas foram traçadas, a sorte nos destina aos americanos" (Neves, 1919, p. 205). A própria causa da guerra, acompanhando essa interpretação, seria uma série de desarranjos geopolíticos de natureza econômica. A análise de Eric Hobsbawm sobre as causas da guerra contém aproximações com o posicionamento assumido por Abdias Neves ainda no calor dos acontecimentos. O historiador recusa a busca pela "culpa de guerra" e pensa o início do conflito como, de acordo com Hobsbawm (2019), a escalada de tensões diplomáticas sobrepostas, causadas por dissidências que, em certo momento, tornaram-se incontornáveis.

Enquanto as nações se digladiavam e, com isso, causavam impactos negativos no comércio mundial, nos sertões brasileiros as secas periódicas eram um terrível lembrete para o homem de que a natureza é uma adversária que jamais será plenamente dominada. A escassez de chuvas prejudicou as plantações, provocou migrações forçadas e causou elevado número de mortes. Tratava-se de uma tragédia humanitária, que Abdias Neves pautou no Senado com feições de tragédia econômica. A situação era cíclica e retornava sempre que as chuvas escasseavam.

Em sessão legislativa ocorrida a 17 de junho de 1915, o senador foi à tribuna com o objetivo de convencer os seus pares de que o cenário enfrentado pelo Nordeste em decorrência da seca era grave, muito por conta da falta de um plano efetivo do poder público central para lidar com a situação. Mesmo medidas paliativas, como a distribuição de alimentos, não estariam alcançando os necessitados. As populações sertanejas, segundo o senador, foram deixadas à própria sorte, no embate desigual contra a natureza. A União havia abandonado aquelas pessoas: foi este um dos pontos centrais do discurso. Segundo o Senado Federal (1915), era urgente o estabelecimento de políticas assistencialistas que atenuassem os efeitos da crise.

Com relação ao Piauí, seria flagrante o descaso dos governos republicanos, que encerraram "todos os serviços que mantinham no meu estado, para deixar, somente, as repartições arrecadadoras" (Senado Federal, 1915, p. 201). A situação se agravava, visto que a capacidade interventiva do governo estadual era bastante reduzida, em consequência da constante condição de precariedade financeira. Naquele momento, a seca causava uma série de dificuldades aos sertanejos e os obrigava a tornarem-se retirantes. A historiadora Lara de Castro (2010), ao estudar a questão, constatou que, ainda no início de 1915, a partir de algo que pode ser chamado de meteorologia popular (embasada na experiência acumulada por gerações), muitos cearenses previram que aquele seria um ano de poucas chuvas; como de fato foi.

Havia pelo menos dez anos que o Ceará não enfrentava uma seca tão severa e foi composto um verdadeiro exército de retirantes em busca da subsistência, especialmente nos centros urbanos. Como forma de evitar os problemas derivados de uma densidade demográfica abruptamente aumentada nas grandes cidades, o governo federal resolveu realizar uma série de 27 obras distribuídas pelo interior semiárido, que contemplaram Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Com essas obras, pretendia-se transformar os retirantes (até então trabalhadores rurais) em operários, dando-lhes acesso a água e a uma renda. De acordo com Castro (2010), os trabalhos, no entanto, foram iniciados tardiamente em alguns lugares, o que, somado ao atraso dos socorros, agravou ainda mais aquele cenário.

No Piauí, segundo o discurso de Abdias Neves, ainda não se tinha feito sentir qualquer medida tomada pela União – constatação endossada pelo jornal *O Tempo*, de Amarante. O periódico teve quatro números publicados em 1915, entre 19 de novembro e 31 de dezembro, sempre com comentários sobre quão calamitosa era a situação piauiense. O governo federal, confirmou o redator, planejava providências – que até ali, já no fim do ano, não haviam chegado –, como a construção de uma estrada de rodagem entre as cidades de Floriano e Oeiras. A obra deveria empregar 200 homens aptos para o serviço, que estivessem passando por dificuldades em razão da seca – 200 entre dois ou três mil necessitados, somente em Floriano, segundo o jornal. Havia, ainda, problemas com o aumento da criminalidade, promovido por retirantes famintos que recorreram ao cometimento de pequenos del *O Tempo* , 1915, 19 de novembro, p *O Tempo*, 1915, 30 de novembro, p.1; *O Tempo* , 1915, 15 de dezembro, p. 4; *O Tempo*, 1915, 31 de dezembro 1915, p. 1).

Higino Cunha (2011) lembra que, de maneira concomitante à seca de 1915, o Piauí enfrentou uma grande crise política e financeira durante a gestão do governador Miguel Rosa, o que contribuiu com o agravamento da crise humanitária. Por longo período, o governo estadual esteve em falta com o depósito dos vencimentos do funcionalismo público.

O Brasil e as espheras de influência da Conferência da Paz Paz (1919), publicado quatro anos depois do seu discurso de 1915, Abdias Neves apelou para os pares que olhassem pelo Piauí, ao argumentar que cuidar efetivamente daquela situação não era como dar "esmola a famintos". Seria, pelo contrário, uma medida do mais elevado pragmatismo. Cada vida perdida por conta da seca era um braço produtivo a menos para o país (Neves, 1919, p. 159).

No mesmo sentido, Abdias Neves demonstra preocupação com os corpos sertanejos. Para o senador, a produtividade dos trabalhadores rurais brasileiros era abaixo do que poderia ser em razão de sua condição física: acometidos por doenças diversas e sustentados por uma nutrição deficiente. Era necessário que os poderes públicos se atentassem a essa questão. Zelar pela saúde e por uma boa composição física desses trabalhadores, para além de uma medida higiênica, tratava-se de um serviço em favor da economia brasileira (Neves, 1919, p. 51).

Auxílio ainda maior, defende o senador, seria a construção de barragens submersas e de açudes, assim como o estabelecimento de um programa sistemático de reflorestamento. Todas seriam formas de combater verdadeiramente os impactos das secas, em muito superiores a medidas paliativas como a distribuição de socorros ou a oferta de empregos temporários em obras públicas. Também era necessária a melhoria dos transportes, especialmente estradas de rodagem, pois seria facilitada a chegada de assistência e aprimorada a comunicação entre os centros urbanos e as áreas prejudicadas pelas secas (Neves, 1919, p. 164).

Por fim, é válida a menção à obra historiográ *O Piauí na Confederação do Equador*, publicada por Abdias Neves em 1921. O estudo versa sobre o movimento, de caráter republicano e separatista, ao qual o título faz referência, e conserva características que estão presentes com maior vigor no *seu A guerra do Fidié*, de 1909. Ambos os textos demonstram aprofundada pesquisa documental e narrativas arrimadas pela empiria. Além desta questão, as obras, que tratam dos anos 1820, são reveladoras sobre o momento em o que o autor as produziu (Neves, 2006; Neves, 2019). No livro de 1921, Abdias Neves apresenta um Piauí muito semelhante ao de sua época, no tocante às caraterísticas econômicas, sendo possível estabelecer paralelos com a realidade da qual falava o senador nos anos 1910, nos seus discursos e estudos parlamentares.

A semelhança entre as análises sobre o Piauí da Primeira República e dos anos 1820 demonstra a percepção de que havia inconveniente persistência nas estruturas econômicas. O olhar sobre o passado, a partir das questões da época contemporânea ao autor, o ajuda a perceber tais continuidades. As dificuldades no transporte e nas comunicações são apontadas como significativos empecilhos ao desenvolvimento piauiense. Abdias Neves, portanto, realizou um cruzamento entre a dimensão intelectual e a dimensão política de sua atuação, entre o pensador que tinha na prática escriturística (Certeau,1994) sua melhor alternativa de intervir no mundo e o senador (possuidor de um maior poder para materializar seus ideais). Percebe-se que Abdias Neves buscou, a partir do Senado Federal, contribuir para a resolução de algumas das questões por ele observadas enquanto estudioso da realidade piauiense e brasileira. Trata-se do encontro entre o homem de letras e o homem (com possibilidades) de ação, da prática de um materialista-cientificista convicto de que, mesmo sendo o progresso inevitável, era necessário acelerá-lo.

Referências

Brasil. (1928). *Balanço da despesa e receita do Brasil no exercício de 1914: Estado das dívidas – ativa e passiva*. Imprensa Nacional.

Castro, L. (2010). De retirantes a operários: Trabalho, resistência e conflitos nas obras contra as secas (1915–1919). *Perseu: História, Memória e Política*, (5), 65-89.

Cavalcanti, P. (1983). *A presidência Wenceslau Braz: 1914-1915* (2ª ed.). Editora da Universidade de Brasília.

Certeau, M. de. (1994). *A invenção do cotidiano: As artes de fazer*. Vozes.

Chaves, M. (2013). *Obra completa* (2ª ed.). Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves.

Cunha, H. (2011). *Memórias: Traços autobiográficos* (2ª ed.). Academia Piauiense de Letras.

Hobsbawm, E. (2019). *A era dos impérios, 1875-1914* (27ª ed.). Paz e Terra.

Jornal do Commercio. (1915, 13 de julho). *Pelas vítimas da seca*. *Jornal do Commercio*, 89(193).

Krause, T. & Soares, R. (2022). *Império em disputa: Coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro* (1823-1870). FGV Editora.

Neves, A. (1919). *O Brasil e as espheras de influência na Conferência da Paz*. Imprensa Nacional.

Neves, A. (2006). *A guerra do Fidié* (4ª ed.). FUNDAPI.

Neves, A. (2019). *O Piauí na Confederação do Equador*. Academia Piauiense de Letras.

Neves, A. (2022). *Um manicaca*. Nova Aliança.

O Tempo. (1915, 19 de novembro). Socorro aos flagelados. *O Tempo*, 1(1), 2.

O Tempo. (1915, 30 de novembro). Socorro aos flagelados. O Tempo, 1(2), 1.

O Tempo. (1915, 15 de dezembro). Notícias. *O Tempo*, 1(3), 4.

O Tempo. (1915, 31 de dezembro). Pelo Estado. *O Tempo*, 1(4), 1.

Pacheco, F. (1914). *A emissão de papel-moeda: Razões de voto na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados*. Tipografia do Jornal do Comércio.

Pacheco, F. (1983). Introdução. In P. Cavalcanti, *A presidência Wenceslau Braz: 1914-1915* (2ª ed.). Editora da Universidade de Brasília.

Pessoa, E. (1961). *Conferência da Paz, diplomacia e direito internacional*. Instituto Nacional do Livro.

Prado Júnior, C. (1998). *História econômica do Brasil* (43ª ed.). Brasiliense.

Queiroz, T. (2011). *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo* (3ª ed.). EDUFPI.

Resende, M. (2018). O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In J. Ferreira & L. Delgado (eds.), *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo oligárquico: Da Proclamação da República à Revolução de 1930* (pp. 89-119). Civilização Brasileira.

Senado Federal. (1915). *Anais do Senado Federal: Sessões de 1 a 31 de julho de 1915* (Vol. 4). Imprensa Nacional.

Stevenson, D. (2016). *1914-1918: A história da Primeira Guerra Mundial – A deflagração*. Novo Século Editora.